



REFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO 221 12 12021 ESTADO DE RONDÔNIA Poder Executivo

ÓRGÃO OFICIAL DE DIVULGAÇÃO DE ATOS **ADMINISTRATIVOS** LEI 407-10/12/2001 PUBLICADO EM MURAL

unin Troise Bololero

LEI MUNICIPAL Nº 1.478/2021 22 DE DEZEMBRO 2021

DISPÕE: "CONCEDE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS CONFORME PREVISTO NO NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E ARTIGOS 7º INCISO VIII E XVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso – RO., Sr. João Pavan, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica concedido aos Agentes Políticos do Município de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, a seguir elencados: Prefeito, Vice - Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, o direito a décimo terceiro salário, com base no valor integral do subsidio mensal, conforme disposto em Lei Municipal e previsão na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único - aos integrantes da Mesa Diretora do Poder Legislativo, a base para cálculo dos direitos previstos no caput deste artigo será integral do subsidio do cargo que exerce.

- Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas as aprovadas na respectiva Lei Orçamentária do Município.
- Art. 3° O décimo terceiro salário dos agentes políticos deverá ser pago integralmente até o dia 20 de novembro de cada ano.
- Art. 4° Os direitos previstos no art. 1° itens I e II desta lei, não deverão serem pagos aos agentes políticos caso haja infringência do art. 19 III, "a" e "b", da LC 101/2000 e §1º do art. 29-A Constituição Federal, respeitando a autonomia de cada Poder, cabendo ao respectivo gestor baixar ato de suspensão



REFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO ESTADO DE RONDÔNIA Poder Executivo

do pagamento, sob pena de cometer crime de responsabilidade em caso de omissão.

Parágrafo Único – A suspensão de que trata o "caput" deste artigo não gerará sob quaisquer pretextos créditos supervenientes aos agentes políticos.

Art. 7° - Os efeitos desta Lei iniciar-se-á em 1° de janeiro de 2022.

Palácio dos Pioneiros, 22 de Dezembro de 2021.

JOÃO PÁVAN
PREFEITO MUNICIPAL